

A BARCA DE S. PEDRO,

PERIODICO POLITICO E TALVEZ DA OPPOSICAO.

Deus meumque jus!

Este Periodico pertence à nova **Sociedade Imperial Pernambucana**, e tem por objecto sustentar os principios liberais professados pelo partido nacional projeto, cujos principios são: — Monarquia — Integridade do Imperio — Constituição — e Reformas na administração geral e provincial pelos meios que a mesma Constituição oferece.

NUMERO 7.

Segunda-feira 3 de Julho.

4. SERIE.

A Corte e as províncias.

Já provamos no numero 2.º deste Periodico, que a concentração do poder na Capital do Imperio não convinha ao Governo nem ao paiz; no primeiro caso o Poder se acharia exposto á todas as vicissitudes da Capital, como os factos o tem demonstrado mais de uma vez; e no segundo não haveria administração possível nas províncias com o sistema de exclusivismo da Corte. Resta-nos por tanto provar agora, que qualquer que seja o Governo central, quer de uma quer de outra das facções, em que se dividem os nossos Estadistas, as províncias tem de ser devoradas por essas cabeças da hydra, que tem o seu poço no Rio de Janeiro.

O sistema até agora seguido consiste em dividir as províncias em facções para enraquecer-as, armindo-as e colocando-as umas em frente das outras. Repare bem, Senhores, no que vos vamos dizer: no momento em que um partido político se levanta em uma província, e proclama seus principios, o governo central levanta logo outro partido, não para sustentar principios opostos, mas para guerrares os homens, que unserão invocar a santidad dos principios políticos ou averiguar a moralidade dos agentes do poder; a luta degenera logo em personalidades, e toda a torpeza de uma aliança de sarcasmos e doces pessadas vem inverter as discussões e poluir a Imprensa. Vamos a hum exemplo.

O partido prateiro em Pernambuco alcôa a voz, e proclama à face do Brasil seus principios dentro dos limites da Constituição do Estado; queria a Constituição com todos os seus corolários, isto é, liberdade compatível com a ordem pública, franquezas provinciais de acordo com a unidade do imperio, liberdade do voto com garantias eficazes, e sobretudo segurança de vidas e de propriedades, ameaçadas sempre por uma oligarquia de família, que tinha estabelecido o seu predominio sobre o punitivo e o bacanarte. O que fez a facção saquarema do Rio de Janeiro? alentou essa oligarquia de família, contra a qual se havia pronunciado quando estava no poder, fil-a participante da sua importância política, chamou a si seus maiores mesquinhos interesses, e ultimamente acaba de sacrificar a Coroa, a paz e a ordem pública, e talvez o Imperio, á esta mesma oligarquia tão conhecida e detestada.

O Senado acaba de querer um dos elos da cadeia, que prendia em um só fechê todas as províncias do Imperio, lançando a luta ao Imperador, e nullificando o direito das maiorias com a liberdade do voto. Ninguém tem o direito de dizer a um povo: vós não deveis votar neste

ou naquelle, mas somente nos que nos aprazem; não, isto seria insuportável tirania; nem tendes direito de renunciar a um partido por deveres, que elle suppõe de mera consciência. Votai em quem quizerdes, e como quizerdes, ninguém exprobará os vossos candidatos, mas respeitai os nossos, e as nossas convicções. Todavia, não é este o objecto do presente artigo, vamos portanto ao que importa.

Proclamamos os nossos principios, e o que fez a facção guabirá? combateu-os? não; proclamou outros opostos, ou modificou-os? não de certa, nem uma palavra sobre principios, mas descompon-nos, insultou-nos, ultrajou o povo, encheu-nos de apelos aviltantes, de ridiculos epithets, e por fim alipardou-se na decantada riqueza e nobreza de seus membros, cuja vida e milagres, em justa represalia, tantas vezes temos cantado em verso e em prosa *ad perpetuam rei memoria*. E os principios, e a moral, e a ordem publica, e a paz interna? bagatelles para as facções do Rio de Janeiro, que vivem só de-sas pequenas e estúpidas intrigas das províncias. Aiuda assim poderíamos esquecer por um momento a consequencia destes males, cuja fonte é bem conhecida; ainda poderíamos remediar a imprudencia commetida tantas vezes, servindo de ignobles instrumentos de uma política torpe e immoral, como pode ser-a qualquer das facções do Rio de Janeiro; ainda poderíamos recuar, bradando aos nossos contrários: entre vós e nós ha um abysmo, não nos precipitemos nesse; vognos um desvio, que nos acorre sem corremos o risco de sermos todos tragados pela torrente, que susurra perto.

Seria possível que nos entendessemos? duvidamos muito; não ha tregos entre personalidades senão pela anniquilação de um dos contendores, é a luta do gladiador: mata ou morres. Somos como dois fortes atletas, que se agarram, se curvam, se entrelaçam com toda a força de seus músculos, se arrastram com a violencia de seus esforços até a horda de um abysmo; ali está o suicidouro, que os ha de tragar; o Rio de Janeiro nos observa, e nos grita: avante, não recueis, avante!! quando o estridor de dois corpos, que se precipitam, vem recordar que uma província inteira sucumbiu na voragem da guerra civil. Um riso infernal paira nos labios de alguém, foi o mau genio do Brasil, que voou do cimo do Pão d'assucar, e veio pousar sobre os ossos insepultos dos nossos compatriotas!!!

Deus nos não perdoe, se mentirmos na alegoria, que acalmamos de trazar. Ali está o abysmo, não ali nos aqui mesmo; não ouvis? é o toque de agonía, que nos lembra o ultimo instante da vida social: é a guerra civil ou a anarquia, recuemos. Uma tregua! para que uma

tregos? signal de vapor do sul!!! bandeira no mastro grande, ali veio novo Presidente! quem é elle? ninguém o conhece. Desemboca uma turba desconhecida, é um vapor que desova autoridades, como um navio negroiro, vindo da Costa d'Africa. Quem são estes? são o Presidente, o Commandante das armas, o Secretário, os Adjuntos de ordens, os sargentos para a Secretaria militar, empregados de outra estofa, Oficiais com diferentes destinos, ultimamente colosos para Pernambuco!! escarne, irrião, infamia! O passmo e almiravação nos petrifico, o odio e a raiva rubvisado as nossas faces; e o que fizemos? estúpidos que somos! Voltamos as costas ao inimigo commun, e reconhecemos a luta, que nos degrada avulta a nossos próprios olhos!!!

O que significa um vapor do Rio de Janeiro? um meteoro, uma manga eléctrica, uma fúrcana, é o vento de levante que tudo cresta, que destroa a vegetação, é a peste, o colera morbus, é a boceta de Pandora. Ali vem a lei do orçamento, os saques sobre o tesouro, ordens para recrutamento, demissões e nomeações nefóticas, negativas, exclusões &c. Lembrai-vos do dia 14 do passado; quanta amedrontade, quantas desesperações, quanta irrião, quanto escarne de nós, de Pernambuco, da nossa pátria, onde repousam os ossos dos nossos avós!!!

Vem a notícia de uma provocação do Senado, a facção saquarema insulta um partido numeroso da província, outro recebe a lama, que nos pretendem lutar, solta foguetes, aplaudem a sua e à nossa desbarata, e estúpidos dão graças a Deus pela declaração da guerra civil! Pois bem, Senhores, amanhã, talvez hoje a nossa província se cangueirantará, porque assim o quis o Senado, e os saquaremas vos dirão: estúpidos! sois os assassinos que compram os para uma vingança! fratreidas! a maldição de Cain vos acompanhará até a sepultura.

Conheceis ou analisis toda a importância das façôes do Rio de Janeiro? Não de certo, nem as comprehendeis ao menos. É uma bida com duas cabeças, o amboz nos devorão: quer Paula e Souza ou José Carlos, quer Honório ou Vasconcellos, todos esses caudilhos encarão Pernambuco como uma ameaça flagrante contra as suas loucas pretenções. Esta província é a chave de todo o Norte, e o ponto de mira d'ametido do Imperio por sua illustracão e riqueza. Pernambuco é uma das províncias do Brasil, que possue maior cabedal de intelligencias; e pela força excede a todas em valor, em brios e em bizarria. Somos portanto o objecto de susto, de rancor e de ódio para todos esses cabecilhas de facções acasteladas no Rio de Janeiro. Enquanto medrar o seu sistema de desunião e de discordias intestinas, vão elles bem, e nôs pessimamente; porém se acordarmos desse estado de lethargia, em que temos vivido até agora, se nos lembrarmos, que sofremos porque estamos divididos, se um momento de seria reflexão abrirem os olhos de alguns homens fascinados por mesquinhos interesses pessons,.... Pernambuco seria neste caso a mais importante Província do Imperio.

A Guarda Nacional.

Na Europa a guarda nacional é um princípio de liberdade; no Brasil tornou-se um meio de opressão e de compressão. Quereis ver um exemplo dos antigos servos adstritos à gleba? reparai para a nossa g. incial, para um batalhão de certos distritos, onde alguns figurões acastelados tocavão o clarim da chumba de cima da suas torres: pobre de quem não obedecesse, desgraçado daquelle que recalcitrasse; sobre as prisões

aciostas vinha o recrutamento, quando não um processo ou causa semelhante. Melhorramos depois da nossa influencia? pouco ou nada, porque os vícios estão nas leis de Abril de 1836 e 1839, que abrirão a porta aos escândalos abusos da administração provincial.

A guarda nacional necessita reforma, e somos de opinião que a Assembléa provincial pode fiscal-a; nem pode obstar a isso o artigo 8.^a da lei de 12 de Maio de 1840, porque apenas declara não revogadas por elle as leis provinciais, que foram opostas á interpretação dada em seus artigos, necessitando para isto de revogação expressa; mas não diz que as Assembléas provinciais o não possa fazer, ou não possa declarar, que as leis de 18 de Agosto de 1831 e de 25 de Outubro de 1833 ficão em seu inteiro vigor. Parece-nos pelo menos ser esta a inteligência do ex Presidente Vicente Pires da Motta na sua Relatório dirigido à Assembléa provincial este anno debaixo da rubrica — Guarda Nacional. —

A nossa opinião é que nas Capitais das províncias, e nas cidades mais populosas se creasse uma Milícia com as preliminares do Alvará de Regimento de 17 de Desembro de 1802, ficando no interior a Guarda Nacional como as antigas ordenanças na forma do Decreto de 9 de Outubro de 1812. Isto porém não obstante a que, em quanto a Assembléa Geral ou o Governo Central não se ocupão destes negócios, nem com elles se importam, não o faz a nossa Assembléa provincial pela maneira que acima já indicamos. Ao menos far-se-ha um serviço ao Povo, tirando-lhe de cima o peso enorme do serviço gratuito de t-dos os dias, para que ninguém é obrigado sentir quando este onus recahe em todos. Vede o que é a Guarda Nacional entre nós: todos querem ser oficiais para depois pedirem suas reformas; e qual é a consequencia? Sabei-o, e vem a ser que se tornou o título de soldado da Guarda Nacional sobremaneira odioso, e até vilidoso e desrespeitável, quando na Europa é um estímulo de brio e de pundonor.

Desenganai-vos, meus Senhores: o governo mais sólido e mais permanente será aquelle onde o povo tiver mais consciencia dos seus direitos e dos seus deveres. Reduzi porém todas as acções humanas a deveres pressos, e este Povo sem direitos nuns será contra os outros sem uma espada de dois gumes contra si e contra o governo. Não ha deveres sem direitos, não ha submissão sincera sem garantias, não ha nem pode haver estabilidade nas causas humanas senão quando preside a justica a todos os nossos actos: justica eterna donde diminui todos os direitos e todos os deveres. Fazemos pois algumas causas, ou proveremos o Governo a que o faz; brademos em prol dos nossos direitos, apresentemo-nos de frente na carreira dos melloramentos; avante, Senhores, nos brada a Europa, avante sentimo-nos muito atraç, e corremos o risco de perder o caminho.

Os Guabirús Cameleões.

Há causas na verdade que merecem ir para um Museu! Um guabirú cameleão! Como assim? Vamos pois a contar a história dos guabirús transformados, ou das transformações multi-pelos dos guabirús.

Em 1814 sustentava os guabirús a influencia legítima da família Rego Barros Cavalcanti; foram derrotados completamente pela imprensa, e tomaram nova pele: chamaram-se ordeiros, causa que não tem a menor significação entre essa gente. Pela sua mesma conducta mostraram que, verdadeiros réus de polícia, não podiam ser amigos da ordem, nem da paz, nem das leis, nem do

3

governo; mudáramos portanto de rumo, e cheiráramos-se saquaremas. Também provamos, que entre os saquaremas e os guabirús não havia o menor ponto de contacto, senão o ódio, que ambas estas facções votavam á actualidade, e derrotámos os pseudo-saquaremas pela imprensa; mas vingáram-se de nós declarando-se republianos. Mandáramos buscar das Alagoas uma imprensa para o *Nazareno*, fizemos subscrições, deram dinheiro, montáramos a typographia, buscáramos assinantes, e posseu-se o *Nazareno* em ponto de competir! Com quem? Com elles mesmos, porque foi uma ratoceria onde se acharam colhidos em flagrante; o *Nazareno* os denunciou, e os novos republicanos fizeram guabirás como dantes. Ultimamente quiseram multiplicar os órgãos das idéias aventureiras da França, mandando atrocar os arcos com o grito da *patria*, que apenas pede que a deixem viver tranquila: inventaram sociedades com este fim; mas o povo que tem mais senso comum que toda essa malta de aventureiros, que toda essa aristocracia de chinelos, mangou delles, e mandou-os à tabua. Finalmente não se deram por vencidos, repartiram as pêras, e começaram a granhar pelas ruas, dizendo que eram *praias novas!* Guabirú praia-nova? Impossível; e por fim de contas nem influência legítima, nem ordeiros, nem saquaremas, nem republicanos, nem peias-novas, nem o diabo que os carregue, porque assim *guabirá é guabirá*.

INTERIOR.

RIO DE JANEIRO.

CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Sessão de 10 de Junho.

O Sr. Nunes Machado: — Bem que não seja carnaval ao meio em quaisquer circunstâncias, todavia não deixo de ter na actualidade serias apprechensões sobre a sorte do meu paiz: estas apprechensões se tornam tanto mais carregadas, quanto eu ouço queixumes muito profundos, e quando vejo, que estes queixumes são justos por mais de uma razão. Portanto, entendo, que consultar estes queixumes, procurar combater a sua causa, para applicar-lhes um remedio adequado, é um dever rigoroso, Sr. presidente, de todos aquelles, que tem em suas mãos qualquer porção de autoridade.

Uis entendem, que o meio de remediar estes males é a reforma de uma parte da nossa legislação. Entendo eu, que em verdade o nosso paiz reclama a reforma da revisão de algumas de nossas leis. Mas também entendo, que o paiz tem necessidade, de que o povo reclame medidas de um interesse mais imediato, de um interesse mais pessoal, se me posso assim explicar, Sr. presidente, medidas, que abrangingem mais o paiz: medidas, que se não puderem pôr o brasileiro em uma situação muito mais feliz, no menos que se não conservem abaixo do ultimo dos estrangeiros: medidas enfim, Sr. presidente, que garantam ao brasileiro meios mais seguros, meios mais certos de uma subsistência honesta para si, e para seus filhos.

Eu respeito as intenções de todo o mundo, e creio, que tenho o direito de pedir, que se respeitem também as minhas intenções.

Aquelles que entendem, que cumpre na actualidade proceder-se de modo a desviar uma tempestade, que parece propinhar ao Brasil, e que apresentam como meio para remediar estes males, a reforma de algumas de nossas leis, estão no seu direito, e eu no julgo também no meu direito, quando, divisando esse mesmo fim, apro-

sento outros meios, Sr. presidente, que julgo que pelo menos concorrerão para desviar estes males.

Em vista poia disto, peço licença a V. Ex., para mandar á mesa um projecto de resolução.

O orador manda a mesa o seguinte projecto, que é julgado objecto de deliberação, e imprimir:

* A assembleia geral legislativa resolve:

* Artigo 1.^o As casas de negocio, de qualquer gênero que sejam, nacionais ou estrangeiras, e se abrirem de novo, só obterão licença, tendo pelo menos um caixa brasiliero.

* Art. 2.^o Ficão isentos do serviço activo da guarda nacional os caixeiros brasileiros.

* Revogá-se as disposições em contrario.

* Para a câmara dos deputados, 10 de junho de 1848. O deputado, Nunes Machado.

Representação dirigida à Assembleia Provincial.

Publicamos a segunda representação feita à Assembleia provincial sobre o comércio a retolho, para que se veja a diferença notável que ha entre esta e a que levou o grupo de amotinadores, que se arrogou o título de povo, ameaçando a mesma Assembleia se não definisse imediatamente as suas loucas pretenções. Somos inimigos da anarquia, e Deus permita que vella não polua a nossa capital, nem se aproxime da nossa província.

Senhores da Assembleia Provincial.

Os Cidadãos abaixo assinados, autorizados pelo § 30 do artigo 479 da Constituição, que lhes permite apresentar por escrito ao Poder legislativo e ao Executivo reclamações, queixas ou petições, vem perante os representantes da província delinear o quadro dos seus sofrimentos, e pedir um remedio prompto e eficaz, que melhore suas condições. He sabido o quanto temos suferido pelo estado de orfandade do povo, entregue todo a interesses mesquinhos, sem que até agora nenhum dos Poderes do Estado cure de seus padecimentos. Toda a industria, todo o trabalho nos é vedado, porque os Portuguezes protegidos por circunstâncias, que lhes são favoraveis, como a mesma língua, a mesma religião, e quase os mesmos costumes, se tem introduzido entre o povo, e apoderado do pequeno comércio, da industria artística, e de todos os ramos principais da vida doméstica. Um portuguez capateiro, por exemplo, ou chama para a sua loja os seus patrícios, ou compra escravos e os aplica á este ofício, excluindo dest'arte os filhos do paiz, que queriam aprender o mesmo ofício ou já o tenham aprendido. Nada importa, que tentamos uma profissão se a não podemos exercer, e muito menos viver do nosso trabalho, porque todos os recursos nos são tolhidos pela concorrência de estrangeiros; sendo os portuguezes os mais favorecidos pela língua comum, e pelos que já existem no paiz, sempre em hostilidade com os naturaes por seus odios inveterados, por seus interesses mesquinhos, e sobre tudo pela audácia com que affrontam os nossos justos resentimentos. Sabemos que a Assembleia Provincial não está autorizada a legislar sobre negócios geraes, porém a maiores extremos remedios heroicos, e a Assembleia provincial não nos deixará correr de abismo em abismo até que nos precipitemos todos na voragem da anarquia. Vos, Senhores, não desconheceis os nossos males; prenhau que os remedios, e o mais prompto remedio sera tomar uma deliberação momentânea, em quanto recor-

remos a Assembleia Geral, em vós o lazeis em honra no-nos, como é da vossa rigoroso dever. Queremos, Senhores, que o comércio é retalho, que a pequena indústria seja privativa dos filhos do paiz, e dos cidadãos naturalizados no goso, dos seus direitos políticos.

Senhores, o momento é precioso, não o percaes, perdendo-nos a todos.

Recife de Pernambuco 27 de Junho de 1848.

Duas palavras ao Líder n.º 289.

Acoimais de mentiroso o Diário Novo, porque disse, que provocastes o povo com foguetes do ar, com acinates, e com insultos dirigidos ao Imperador e à província de Pernambuco, que votou toda, à exceção de uma insignificante minoria, nos senhores Chichorro e Ernesto para senadores; e negais com uma impudicacia inaudita a existencia de um carro triunfal, de musicas, &c., quando o ex-presidente prohibiu expressamente que nenhuma musica militar concorresse para semelhantes festeiros, e até amençou a seus autores com abandonar-se os furos populares, se tentassem qualquer demonstração desta natureza. Negareis a intervenção da primeira autoridade da província, facto este que ella mesma refira no dia imediato, e que podemos provar com todos os chefes militares de 4.ª linha e da Guarda Nacional?

Dizeis que fostes acometidos a falca sé, tendo provavelmente contra vós a má vontade da autoridade policial, e que assim mesmo lançastes por acidente os foguetes ao ar, e que repeliastes a agressão com os proprios escotes e bengalias dos praieiros, que não esperavais por semelhante trôco!! Confessais que lançastes por acidente os foguetes ao ar, e estavais desapercebidos? fostes os agressores, apesar da má vontade da autoridade policial, e não contaveis com o desforno? Repetistes a mesma scena de escândalo no dia imediato, salhistes para a rua a provocar-nos, e vos queixais da má vontade da autoridade policial? O que queríeis? por ventura não se lançou um dos vossos guabirús sobre o subdelegado da Boa-vista com um punhal na mão? o que fez o sub-delegado? deo-lhe apenas uma bofetada, repelindo-o como homem, mas não o prendeo? o guabirú fugiu no meio de apupadas do povo, mas não sofreu a pena da sua criminosa alcovinha. Onde está pois a má vontade da autoridade policial?

Dizeis que destes ao povo o troço da que chamais agressão! Com efeito, destes muita pancada com as costas nas suas bengalias, e repeliastes com as canellas os pontapés que levastes; o troço não foi mal, fizestes com elle. Nem na noite de 14 do corrente, nem na de 15 fizestes um momento nas ruas desta cidade, que fossem todas ocupadas pelo povo; os vossos chefes apenas apareceram entre alguma escolta de polícia ou da cavalaria como João do Rego; e Figueira do Melo ainda hoje procura os sapatos, que perdera. Vos admitemos aceso, que este ou aquele individuo do nosso lado aparecesse no conflito entre o povo? Pois bem, povo somos todos, grandes e pequenos, ricos e pobres; onde está um praieiro estão todos, onde aparece o povo ali estão os chefes; não temos nem queremos preenchemos sentido nos perigos; o mais valente e devotado é o primeiro entre nos, quer seja general, coronel, subalterno, sargento ou soldado, quer seja rico proprietário ou simples artista, tudo é igual.

E vós? Onde estavão os vossos chefes? Ou não aparecerão, ou fugirão cobardemente; e o certo é que recusareis como uns miseráveis. Não seremos nunca agressores, nem deixaremos sem trôco nenhuma agressão, que parta de vós; tanto estava disto certo

o ex-presidente, que muito louvou a nossa prudencia e moderacao depois da lição, que vos deu. Sabei que o chefe de polícia e o ex-commandante das armas se retirou da rua do Queimado, ainda quando o povo estava reunido nos 4 cantos, tal era a confiança que lhes inspiravamo; e vós? Perguntai-o ao subdelegado da Boa-vista, cuja paciencia exasperastes a ponto de forçá-lo a repelir com energia as vossas provocações. Entretanto não direis que esta autoedade é praieira; é até uma calunia revoltante accusar-la de *ma vontade contra vós*. Queríeis que se deixasse assassinhar pelo punhal do Veras? Isto não só é muito estupido como torpe demais para acreditar-se. A Deus, Srs, guabirás, até amanhã, que estarei com vosco.

(D. Novo.)

Progressos da revolução Franceza.

O partido exaltado em Paris concebera o projecto de derribar os membros moderados do Governo Provisional—Lamartine, Arago, Garnier Pages e Dupont de l'Eure—por os substituir por *patriotas* a Marat—como Blanqui Junior, Barbés, Cabet, Lagrange; mas esta tentativa malograra-se pelas medidas energicas e admiravel actividade da Policia—Devia rehantar na noite de 12 de abril a revolta.—Em casa de Mr. Barbier, que foi preso, encontrava-se armamento e munições, e em outras casas que foram varrijadas.

Foi expulso grande numero de rapazolas da Guarda Nacional, que a procurava seduzir. As residencias dos quatro membros do Governo eram defendidas de noite por fortes guardas municipais. Mr. de Lamartine conseguiu que o Governo tomasse a deliberação de permitir a entrada de 30 mil homens da tropa de linha em Paris. Esperava-se que, dado este passo, o General Cavaignac accitasse a pasta da guerra, que novamente lhe fora offerecida.

A imprensa das Províncias continuava a protestar contra a tyrannia que na capital ensaiava—contra-a imprensa—os *patriotas*, stigmatizando o expediente, que o Governo Provisional tomara, pedindo a Mr. de Girardin que guardasse silêncio.

O *Perigord*, jornal de Tolosa, conclue d'esta sorte: —“ Peço que nos diz respeito, a nós periodistas dos departamentos, não cessaremos de protestar contra a morte brutal que suffoca a voz de nossos collegas de Paris! Fallaremos em lugar d'elles, em quanto tivermos uma pensa, uma cabeça e um braço! ”

(Correio da Tarde)

PERNAMBUCO.

TYPGRAPHIA IMPARCIAL. — POR S. CAMINHA — 1848.